

CNI pressionará os constituintes

22 ABR 1988

22 ABR

CORREIO BRAZILIENSE

“É necessário que todos aqui presentes pressionem os constituintes em seus Estados e após, numa segunda etapa, exijam deles a presença maciça no plenário”. Esta foi a palavra de ordem do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, aos empresários integrantes da União Brasileira de Empresários (UBE), que participaram do almoço na sede da CNI e que deverão atuar junto aos parlamentares para aprovação das propostas de interesse da iniciativa privada.

Em seu discurso durante o almoço, Albano Franco ressaltou que, pela primeira vez em 40 anos, os líderes empresariais, representantes de quase todos os segmentos da economia, se reuniam para lutar pelos mesmos objetivos, conforme os interesses da categoria. “É preciso coragem e reflexão, nesse momento, para que tenhamos um país livre e democrático com liberdade para as empresas”, afirmou ele.

REUNIÃO PROPOSITAL

Segundo o presidente da

Confederação Nacional do Comércio, Antonio de Oliveira Santos, na reunião da EBE, de quinta-feira passada, sentiu-se uma necessidade de reunir todos os segmentos da economia privada do país para se discutir interesses comuns. “Nossa preocupação é defender a livre iniciativa, com uma menor presença do estado na economia”, disse. Oliveira Santos ressaltou que realizar a reunião da UBE, exatamente no dia em que estava marcada a votação da Ordem Econômica na Constituinte, não era coincidência e sim proposital.

O presidente da CNC explicou que a reunião tinha como objetivo defender um capitalismo moderno. Segundo ele, caso isso não ocorra o Brasil poderá enveredar pelo socialismo, ou, como ele definiu, “um capitalismo de estado”. A Constituinte está com as janelas abertas e é preciso mostrar o que os empresários pensam. Revelou que o meio empresarial gostaria de ver aprovada na íntegra a proposta apresentada pelo Centrão para o título da Ordem Econômica, por ser coerente com as propostas

de desenvolvimento no país.

Oliveira Santos destacou alguns pontos inaceitáveis pelos empresários. A desapropriação de terras produtivas, pelo fato disso ser a negação do trabalho de muita gente. O turno de seis horas para o trabalho contínuo, que na sua opinião poderá onerar demais as empresas. “É preciso dar liberdade aos empresários para que eles possam fazer o turno de seis horas, mas com a possibilidade de ter mais duas horas extras, pagando 50 por cento, o que ao final acaba dando nove horas para o trabalhador. O que não se pode é imaginar plataformas oceânicas ou navios tendo que ser reformados para comportar mais trabalhadores”, disse ele.

Cerca de 200 empresários participaram do encontro e segundo os organizadores estavam presentes representantes de seis Confederações: da Indústria, Comércio, Transportes Terrestres, Instituições Financeiras e Agricultura, além de representantes das Associações Comerciais de todo o país.

Micros montam lobby

No momento em que o plenário da Constituinte se preparava ontem para iniciar a votação do capítulo que trata da Ordem Econômica, as micro, pequena e média empresas brasileiras desfechavam no Salão Nobre do Congresso a fase final da sua estratégia de convencimento dos constituintes pela aprovação de uma política de tratamento diferenciada das grandes empresas, considerada como “essencial para sua sobrevivência e consolidação”.

Sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) inaugurou-se às 14h30, no Salão Negro do Congresso, a exposição “Pequena Indústria — Vote nessa Maioria”. Na solenidade de abertura da mostra, que contou com a presença de todos os presidentes de federações de indústrias estaduais, o senador Albano Franco (PMDB-SE), que é também presidente da CNI, entregou aos deputados Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral um documento expondo a situação dessas empresas hoje no País.

A empresa industrial de pequeno porte, disse Albano, não dispõe atualmente de um terço sequer do total dos investimentos para o fomento do País, enquanto participa com 97,3 da soma geral da produção industrial brasileira e ocupa 77,3 por cento de toda a mão-de-obra empregada pelo setor, que se traduzem em 71,1 por cento dos salários, contra 28,0 por cento da grande indústria. Além disso, o senador lembrou que 70,5 por cento do total do valor da produção pertencem pequena e média indústria brasileira.

“Não obstante — falou Albano Franco — dados oficiais relativos à aplicação de recursos pelo BNDES

em 1987 indicam que de um orçamento de investimentos de 210 bilhões de cruzados, coube à pequena e média empresa o montante de apenas 33,3 bilhões de cruzados, ou seja, cerca de 16 por cento daquele total”. Para ele, será um erro interpretar o favorecimento e a diferenciação definidas pelo Projeto Constitucional como “mera alusão paternalista ou simples referência assistencialista”.

Os pequenos empresários querem a aprovação dos artigos 199 e 212. O primeiro estabelece o “tratamento favorecido para as empresas brasileiras de pequeno porte” e o segundo define que as micro empresas e de pequeno porte “receberão da União, dos Estados e do municípios tratamento jurídico diferenciado visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, nos termos da lei complementar”.

Objetivamente, no documento entregue ontem aos constituintes, os micro e pequeno empresários pedem o fortalecimento de linhas de crédito já existentes como Promicro, POC, Finame e outras atribuídas às atividades de pequeno e médio porte. Sobretudo, eles querem que sejam estimulados novos mecanismos de ação, como as associações de caráter econômico (programas comparilhados de compras de insumos, de vendas de produtos e serviços), “que atendam de fato” às necessidades de investimentos, expansão e capacitação tecnológica, na direção de economia de escala e de competitividade.